



Território Federal do Amapá

# DIÁRIO OFICIAL

Decreto n.º 1, de 24 de Julho de 1964

Ano VI. Números 1311 e 1312

Macapá, 5a. e 6a.-feiras, 22 e 23 de abril de 1971

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

M.I. — Território Federal do Amapá

SAG — Seção do Material

### Setor de Compras e Concorrências

DESPACHO: APROVO. Publique-se Lavre o SAG/Seç. Mat. o contato respectivo. (a) Ivanhoé Gonçalves Martins — Governador.

CÓPIA AUTÊNTICA da Ata da reunião da Comissão Permanente de Licitação do TFA, para julgamento das propostas da TOMADA DE PREÇOS n.º 02/71-SCC, concernente ao fornecimento de equipamento e montagem de um Matadouro.

ATA N.º 33

Aos quinze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e um, nesta cidade de Macapá, capital do Território Federal do Amapá, às dezesseis horas, na sala de Reuniões do Palácio do Setenário, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Governo do Território Federal do Amapá, composta dos senhores Coronel Adálvoro Alves Cavalcanti, Secretário-Geral do TFA, na qualidade de Presidente; doutores Joaquim de Vilhena Netto, engenheiro Diretor da Divisão de Obras e Douglas Lobato Lopes, da mesma Divisão e o Cap. Ten. RRM Francisco Medeiros de Araújo, Chefe da Seção do Material do Serviço de Administração Geral, como também o senhor Waldemiro Demóstenes Ribeiro, Diretor do Serviço de Administração Geral, na qualidade de vogais da referida Comissão, comigo José Otávio Maia, secretário nomeado, incumbido de proceder a apuração das propostas concernentes à Tomada de Preços n.º 02/71-SCC, publicada no Diário Oficial do TFA, de n.ºs. 1295/1296, 9/10 de março do corrente ano, destinada a cotação de preços para o equipamento e montagem de um matadouro modelo na cidade de Macapá, deste Território, com capacidade de abate diário de 60 bovinos e 20 suínos, conforme especificações detalhadas no respectivo Edital. Presentes também, os senhores Rodolfo Becker e Miguel Guimarães Franco, representantes respectivamente das firmas Hermann S/A — Indústria e Comércio em São Paulo e da Bel-Pará Representações, Máquinas e Motores Ltda, representante da mesma firma na Região Amazônica. Aberta a reunião pelo senhor Presidente, procedeu-se inicialmente a verificação da documentação da única firma concorrente, a Hermann S/A — Indústria e Comércio, devidamente cadastrada na Seção do Material do SAG. Em seguida passou-se a apuração da proposta, cujo valor resume-se no seguinte: a) valor dos equipamentos — Cr\$ 193.670,00; b) valor do IPI — Cr\$ 18.216,70; c) valor da montagem dos equipamentos: — Cr\$ . . . 19.488,90; d) valor do frete, seguro AD VALOREN e taxa dos equipamentos: — Cr\$ 13.197,50 CIF-Belém do Pará; e) valor da embalagem dos equipamentos: — Cr\$ 2.800,00 perfazendo um total geral de Cr\$ 247.343,10, ainda com os seguintes detalhes: — a) Pagamento: 30% (trinta por cento) no ato da assinatura do contrato; b) 60% (sessenta por cento) contra entrega parcial ou total dos equipamentos postos em Belém do Pará; e) 10% (dez por cento) no término da montagem dos equipamentos; b) Entrega: — todos os equipamentos entende-se CIF-Belém, correndo por conta da Vendedora todos os custos de transportes, despachos, seguros e outros por ventura gravados; c) Validade da proposta: — sessenta (60) dias; d) Prazo de entrega dos equipamentos em Belém, Pará; — cento e vinte (120) dias a contar da assinatura do contrato; e) prazo de montagem dos equipamentos: — sessenta (60) dias após a compradora prontificar as obras civis para receber todos os equipamentos. Outrossim, para a montagem dos equipamentos serão

fornecidos pela vendedora um montador e um técnico supervisor, correndo por sua conta todas as despesas de salários, passagens, estadias e alimentação dos mesmos, cabendo à Compradora o transporte do montador e do técnico da cidade até o canteiro de obras e vice-versa, bem como o custeio da mão-de-obra local (ajudantes que forem necessários). Finalmente constatou-se que o concorrente atendeu totalmente as exigências capituladas no Edital mencionado. E, de como assim decorreu a reunião, lavrou-se a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos componentes da Comissão e demais presentes, devendo ser submetida a apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador do Território para decisão final. Eu, José Otávio Maia, servindo de Secretário a subscrevi. (aa) Cel. Adálvoro Alves Cavalcanti, Waldemiro Demóstenes Ribeiro, Joaquim de Vilhena Netto, Douglas Lobato Lopes, Francisco Medeiros de Araújo, Rodolfo Becker, Miguel Guimarães Franco e José Otávio Maia.

Macapá, 16 de abril de 1971.

Francisco Medeiros de Araújo  
Chefe da Seção do Material

### Companhia de Eletricidade do Amapá CEA

Assembléia Geral Extraordinária

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

— Ficam convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se no dia trinta de abril corrente, às nove horas, na sede da Sociedade, na rua Padre Júlio Maria Lombaerd, n.º 1900, nesta cidade de Macapá, para tomar conhecimento e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- Reavaliação do ativo imobilizado (correção monetária);
- Alteração de alguns artigos dos Estatutos; e
- Outros assuntos de interesse da Sociedade.

Macapá, 12 de abril de 1971

Cel. José Marcos Bezerra Cavalcanti  
Diretor-Presidente

### Companhia de Eletricidade do Amapá CEA

Assembléia Geral Ordinária

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

— Ficam convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária a realizar-se no dia trinta de abril corrente, às dez horas, na sede da Sociedade, na rua Padre Júlio Maria Lombaerd, n.º 1900, nesta cidade de Macapá, para tomar conhecimento e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- Contas, Balanço Geral e Demonstração da conta de Lucros e Perdas — Parecer do Conselho Fiscal, Relatório e demais atos da Diretoria, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1970;

As Repartições Públicas Territoriais deverão remeter o expediente destinado à publicação neste DIÁRIO OFICIAL diariamente, até às 13,30 horas, exceto aos sábados quando deverão fazê-lo até às 11,30 horas.

As reclamações pertinentes à matéria retribuída, nos casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito, à Seção de Redação, das 9 às 13,30 horas, no máximo até 72 horas após a saída dos órgãos oficiais.

Os originais deverão ser datilografados e autenticados, ressalvadas, por quem de direito, rasuras e emendas.

Excetuadas as para o exterior, que serão sempre aquadas, as assinaturas poderão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso prévio.

# EXPEDIENTE

## Imprensa Oficial

DIRETOR

CARLOS DE ANDRADE PONTES

DIÁRIO OFICIAL

Impresso nas Oficinas da Imprensa Oficial  
MACAPÁ — T. F. AMAPÁ

### ASSINATURAS

Anual . . . . .	Cr\$ 15,00
Semestral . . . . .	Cr\$ 7,50
Trimestral . . . . .	Cr\$ 3,80
Número avulso . . . . .	Cr\$ 0,10

«BRASILIA — Este Diário Oficial é encontrado para leitura no Salão Nacional e Internacional da Imprensa, da COOPER PRESS, no Brasília Imperial Hotel.»

Para facilitar aos assinantes a verificação do prazo de validade de suas assinaturas, na parte superior do endereço vão impressos o número do talão de registro, o mês e o ano em que findará.

A fim de evitar solução de continuidade no recebimento dos jornais, devem os assinantes providenciar a respectiva renovação com antecedência mínima, de trinta (30) dias.

As Repartições Públicas cingir-se-ão às assinaturas anuais renovadas até 23 de fevereiro de cada ano e às iniciadas, em qualquer época pelos órgãos competentes.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos usem os interessados preferencialmente cheque ou vale postal.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais da se fornecerão aos assinantes que as solicitarem no ato de assinatura.

O funcionário público federal, terá um desconto de 10%. Para fazer jus a este desconto, deverá provar esta condição no ato da assinatura.

O de custo cada exemplar atrasado dos órgãos do oficiais será, no venda avulsa acrescida de NCr\$ 0,01 se do mesmo ano, e de NCr\$ 0,02, por ano decorrido.

b — Eleição de membros da Diretoria e fixação dos seus honorários;

c) — Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal e fixação dos seus honorários; e

d) — Outros assuntos de interesse da Sociedade.

— Outrossim, ficam avisados os senhores acionistas que se encontram à sua disposição, na sede da Companhia os documentos mencionados no art. 99, do Decreto-Lei n.º 2627, de 26 de setembro de 1940.

Macapá, 12 de abril de 1971.

Cel. José Marcos Bezerra Cavalcanti  
Diretor-Presidente

M.I. — Território Federal do Amapá

## SAG — Seção do Material

Setor de Compras e Concorrências

Aprovo:

General Ivanhoé Gonçalves Martins  
Governador

Licitação Pública

Venda de bens alienáveis

### EDITAL

De ordem do Excelentíssimo Senhor Governador do Território Federal do Amapá, faço público e dou ciência aos interessados, na conformidade do Regulamento do Código de Contabilidade Pública da União e lei n.º 200/1967, que nesta data fica aberta a Licitação Pública para venda pelo maior preço dos bens adiante indicados, alienados conforme vistoria publicada no Diário Oficial do TFA n.º 1293/94, de 4/5 de março do corrente ano, e Processos 7086/970 e 1694/1971-SGT.

1. A Licitação será realizada na Sala de Reuniões do Palácio do Setentrão, às 16 horas do dia 26 de abril de 1971, pela Comissão Permanente de Licitação do TFA, sendo franqueada a presença no recinto dos interessados ou seus prepostos legais.

2. As propostas serão recebidas na Secretaria Geral do TFA, em Macapá, ou na Representação do Governo em Belém, Estado do Pará.

3. Do Objeto da Licitação

A presente licitação tem por finalidade a venda pelo maior preço dos seguintes bens:

ESPECIFICAÇÃO	Valor Atribuído
a) 1 Pick-Up Willlys/1966 — Of.230 — motor n.º B6.245505 série 596.121-004.B1	Cr\$ 2.000,00
b) 1 Automóvel «Chevrolet-Bell-Air»/1956-Of.	

15 motor n.º TJ-09-HB — série 56-WE.0191 Cr\$ 2.000,00

c) 1 «jeep» TOYOTA/1966 — motor n.º 00006128 — série TB 16125 Cr\$ 500,00

d) 1 Pick-Up «Chevrolet»/1963 — Of. 10 — motor n.º 3J 0913E — série G83A-5437M Cr\$ 2.000,00

e) 1 compressor YORK de 20HP n.º 12750 Cr\$ 180,00

f) 1 compressor ATLAS — AL. 1002 n.º 3960 Cr\$ 220,00

g) 1 Motor elétrico «ALLYS-CHALMERS» de 20HP Cr\$ 800,00

h) 1 Motor elétrico polonês 256547 — 23 HP Cr\$ 750,00

i) Sucata de ferro velho ao preço de quilograma Cr\$ por tonelada

j) lote de 75 pneumáticos usados de diversas marcas Cr\$ por unidade.

### 4. Detalhes da Licitação

4.1 — Os bens objeto da presente licitação poderão ser examinados pelos interessados nos depósitos da Garagem Territorial, à rua Raimundo Álvares da Costa, nesta cidade, durante as horas normais de expediente, na Oficina de máquinas pesadas, na Colônia Penal e na SATFA.

4.2 — A remoção dos bens, ou bem adquirido correrá por conta e risco do comprador, 48 horas depois de haver efetuado o pagamento.

4.3 — O material será entregue no estado em que se encontra.

### 5. Dos Concorrentes

Poderão concorrer à presente licitação as pessoas físicas ou jurídicas de indentificação comprovada.

### 6. Das Propostas

6.1 — Os concorrentes deverão apresentar suas propostas em sobre-carta lacrada e subscrita com indicação seguinte: «Proposta para aquisição de BENS ALIENADOS».

6.2 — Não caberá recurso a proposta que, por quaisquer motivos, não fôr presente na reunião de abertura;

6.3 — A proposta deverá conter distintamente o material pretendido e respectivo valor oferecido, bem como a identificação (nome completo, situação e endereço) do licitante;

6.4 — As propostas poderão conter preço global do lote ou distinto para cada item, não sendo considerados as que licitarem valor inferior ao estabelecido no item 3 deste EDITAL.

### 7. Da Abertura das Propostas

7.1 — A abertura das propostas será feita perante a Comissão Permanente de Licitação, com ou sem a presença dos interessados ou seus prepostos legais, no local, dia e hora referidos no item 1 deste Edital;

7.2 — À Comissão caberá o julgamento da proposta

vencedora, dentro do critério de maior valor oferecido, lavrando ata circunstanciada que será submetida a aprovação governamental.

7.3 — O proponente vencedor ficará obrigado ao recolhimento da respectiva importância na Tesouraria do SAG, no prazo de 48 horas após a publicação do resultado no Diário Oficial do TFA, sob pena de perder o lance para o concorrente que lhe seguir na apuração.

A presente licitação poderá ser anulada, transferida ou alterada pelo GTFA, sem que caiba qualquer direito de indenização aos licitantes.

Macapá, 22 de março de 1971

Francisco Medeiros de Araújo  
Chefe da Seção do Material

Visto:

Waldemiro Demóstenes Ribeiro  
Diretor do SAG

## Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

### Relatório da Diretoria

#### EXERCÍCIO DE 1970

Senhores acionistas:

— Cumprindo disposição legal e estatutária, vimos submeter à sua apreciação e aprovação o relatório das atividades da Companhia no ano de 1970, acompanhado do Balanço Geral, da Demonstração de Lucros e Perdas e do Parecer do Conselho Fiscal.

#### 1 — CONSIDERAÇÕES GERAIS

— Talvez este tenha sido o ano de mais realizações na geração e exploração de energia e da expansão e recuperação da rede de distribuição, devendo-se este fato ao maior fluxo de recursos financeiros provenientes das quotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica, dos convênios assinados com o Governo do Território Federal do Amapá para o emprego das verbas orçamentárias no setor de energia e pela entrada maciça da Eletrobrás na concessão de financiamentos para a aquisição de uma usina termelétrica e de grupos geradores para os municípios do interior.

— O Território Federal do Amapá, sobretudo a sua capital, Macapá, no ano de 1970 desenvolveu-se em ritmo acelerado, com novas construções de escolas, hospitais, órgãos governamentais e a implantação do serviço de abastecimento de água, além de inúmeras construções de casas residenciais, obrigando a Companhia concessionária de energia elétrica a um programa de atendimento compatível com o progresso que a cidade vem experimentando.

— Embora o fornecimento de energia termelétrica se tenha expandido em todas as suas áreas de serviço, vamos encontrar, em contraposição, quase paralisadas, por falta de recursos financeiros, as obras civis da hidrelétrica do Paredão. Mas a Eletrobrás está vigilante e a Superintendência é uma solução à vista.

— Diante da perspectiva de se aguardar seis anos pelo término das obras da hidrelétrica do Paredão, o esforço das atividades da Companhia foi concentrado no aumento da capacidade instalada de geração termelétrica, concomitantemente com a de distribuição e de transformação. Esses objetivos foram atingidos plenamente com a aquisição de uma usina diesel GM, já instalada e em fase de testes iniciais de funcionamento, com duas unidades de 1.700 KW cada, que praticamente dobrou a capacidade nominal existente. Também a rede de distribuição se beneficiou dos melhoramentos de que necessitava, recebendo a implantação de postes de concreto (até então somente existiam os de madeira), novos transformadores, substituição e extensão de novas linhas, tudo visando à padronização da tensão em 13,8 kV, que substituirá as existentes de 2,4 kV e 6,6 kV. Entretanto, muito resta a fazer. Estamos apenas iniciando e executando na medida da obtenção dos recursos financeiros.

— Não apenas a capital Macapá teve o seu sistema de energia ampliado e parcialmente recuperado, mas também os quatro outros municípios do Território foram atendidos com o fornecimento de quatorze novos grupos geradores diesel e respectivo material de rede.

— Na constituição da Diretoria, na parte do preen-

chimento dos três cargos previstos nos Estatutos, já não ocorre a mesma normalidade que se verifica nas diferentes atividades da Empresa. Desde 1969 que a Diretoria se compõe, ora de dois diretores, ora de apenas um, e esta última situação permanece atualmente e houve um período em que perdurou por cerca de um ano. Já na parte de pessoal, após a redução gradativa de 150 empregados existentes em 1968 para 73 em 31 de dezembro de 1970, a Companhia está bem servida nos setores administrativo e técnico. Ficaram os capazes e integrados no esforço comum.

— A situação econômica-financeira da Empresa acha-se refletida no seu Balanço Geral e na Demonstração da conta de Lucros e Perdas que adiante se transcreve. Em quinze anos de existência, os «deficits» se acumularam durante treze e somente nos dois últimos exercícios, 1969 e 1970, as contas de Lucros e Perdas revelaram saldos. Nenhum mérito cabe à atual Diretoria. Apenas foi continuado o esforço de Diretorias anteriores, adotando-se medidas administrativas adequadas às novas circunstâncias e intensificando-se a fiscalização no setor da exploração de energia consumida, com referência a ligações, cortes e cobrança. E a situação de saldo no exercício relatado é tanto mais expressiva quando se considerar que em abril houve aumento salarial e, em dezembro, a concessão de uma gratificação especial a todos os empregados.

#### 2 — AUMENTO DE CAPITAL

— Por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária de 30 de setembro de 1970, o capital social que era de Cr\$ 15.510.000,00 em 1969, passou a Cr\$ 55.453.400,00, originando-se esse aumento dos recursos provenientes das quotas do Imposto Único Sobre Energia Elétrica, dos «royalties» da exportação do manganês, dos empréstimos e demais encargos devidos à Eletrobrás, dos incentivos fiscais e do aproveitamento de parte da correção monetária do ativo imobilizado, nos valores constantes das «Notas Explicativas» adiante mencionadas.

#### 3 — CONTRATOS

a) — De financiamento e garantia com a Eletrobrás — no valor de Cr\$ 1.500.000,00 para a aquisição de grupos geradores diesel destinados aos municípios do interior do Território.

— no valor de Cr\$ 1.854.252,00 para garantia das obrigações da CEA relativas ao contrato de repasse dos encargos financeiros da COPEL para com a USAID, na aquisição de equipamentos e peças sobressalentes da USINA DIESEL GM.

b) — De compra e venda com a Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL:

— no valor de Cr\$ 2.321.036,07 para a aquisição de uma Usina Dieselétrica marca GM, de 3.400 KW, com o respectivo equipamento auxiliar e peças sobressalentes.

c) — De assistência técnica com a Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras — CAEBB:

— no valor mensal de Cr\$ 3.500,00 para a manutenção da Usina Termelétrica de Macapá, constituída de 3 motores MWM e 2 Fairbanks Morse.

#### 4 — OPERAÇÃO

a) — Área servida:

— a CEA fornece energia elétrica à cidade de Macapá, capital do Território;

— os municípios do interior que até então possuíam motores diesel antiquados e com bastante uso, vêm as Prefeituras explorando a energia elétrica em caráter precário;

— com o fornecimento dos 14 grupos geradores diesel novos, alguns já em funcionamento e outros em fase de instalação, a CEA assumirá o controle da exploração de energia nos quatro outros municípios do Território (Mazagão, Galçoene, Amapá e Oiapoque), fixando as tarifas de acordo com o DNAEE, estabelecendo critérios de arrecadação e proporcionando assistência de manutenção e técnica operacional. A distribuição dos 14 geradores diesel, adquiridos mediante o financiamento de Cr\$ 500.000,00 concedido pela Eletrobrás, abrangeu os seguintes municípios e distritos:

Macapá:

Distrito de Ferreira Gomes	1, de 55 KVA;
« de Macacoary	1, de 24 KVA;
« de Santa Luzia do Pauí	1, de 24 KVA.
Total de	103 KVA.

Amapá: sede	1, de 110 KVA;
Distrito de Tartarugalzinho	1, de 24 KVA;
" de Itaubal	1, de 24 KVA.
Total de 158 KVA.	
Calçoene: sede	1, de 110 KVA;
Distrito de Salgadoira	1, de 16 KVA.
Total de 126 KVA.	
Mazagão: sede	1, de 110 KVA;
Distrito de Mazagão Velho	1, de 24 KVA.
Total de 134 KVA.	
Oiapoque: sede	1, de 110 KVA;
Distrito de Taperebá	1, de 16 KVA;
" de Curipi	1, de 16 KVA.
Total de 142 KVA.	

— Dos 14 geradores adquiridos, foram distribuídos 13, permanecendo 1 em reserva na sede da CEA em Macapá.

b) — Número dos consumidores:	
Existentes em 1969	4.763
Novas ligações em 1970	148
Total de consumidores em 1970	4.911
c) — Geração de energia:	
Em 1969	7.451.680 kWh
Em 1970	8.534.010 kWh
d) — Venda de energia:	
Em 1969	6.321.961 kWh
Em 1970	6.941.414 kWh
e) — Iluminação pública:	
Instalação de 60 novas luminárias nas praças e avenidas.	
f) — Rede de distribuição (ampliação).	
Primária:	
Extensão	9.340 mts.
Postes de concreto	234
Postes de madeira	8
Secundária:	
Extensão	3.400 mts.
Postes de madeira	85

— Os dados estatísticos acima referidos compreendem somente a cidade de Macapá. Como foi dito anteriormente, o controle pela CEA da energia gerada e vendida nos municípios do interior será feita a partir de 1972.

#### 5 — ESTUDOS E PROJETOS em andamento.

— O estado atual da rede de distribuição, quer no sistema primário, quer no secundário, é precaríssimo. O desenvolvimento do sistema se processou empiricamente, sem os devidos cuidados de manutenção, ausência de controles e planos técnicos básicos de trabalho. Surgiu, quase que repentinamente, a necessidade imperiosa de reforma da rede, quer pela conveniência da padronização da tensão em 13,8 kv, com a aquisição à COPEL da nova Usina Diesel GM, como prepará-la para a energia a ser recebida da hidrelétrica do Paredão.

— Os primeiros estudos já foram feitos pelo engenheiro electricista Dr. Nasser, da Eletrobrás, cujo relatório, minucioso e objetivo, servirá de base ao projeto definitivo na reforma das redes de alta e baixa tensão. Esse projeto ficará a cargo de firma especializada, vencedora da concorrência em andamento, aberta pela CAEEB.

#### 6 — Notas explicativas da diretoria às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 1970

##### NOTA 1 — IMOBILIZADO:

O ativo immobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construções, inclusive despesas de pré-operação, mais o valor da correção monetária, efetuada neste exercício pela primeira vez, de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação em vigor.

As quotas de depreciação apropriadas durante o exercício de 1970, como despesas de operação, foram calculadas sobre o valor histórico dos bens do ativo immobilizado, pela aplicação, basicamente, das taxas constantes da «Tabela Geral de Depreciações» anexa à Portaria n.º 768 de 11 de novembro de 1968, do Ministro de Minas e Energia.

As quotas de depreciação vinculadas ao ativo immobilizado que está sendo utilizado no canteiro da obra da usina hidrelétrica do Paredão foram calculadas pela aplicação da taxa de 10% sobre o valor histórico desses bens.

##### NOTA 2 — CONTAS A RECEBER:

O montante de Cr\$ 554.713 inclui impertâncias a receber, relativas a exercícios anteriores, no total de Cr\$ 308.307, dos quais Cr\$ 274.421 são referentes a entidades públicas e Cr\$ 33.886 a consumidores particulares.

Baseada nos esforços que vêm sendo desenvolvidos pela administração junto aos usuários em atraso, no sentido de serem os débitos liquidados, e em determinadas providências e entendimentos em fase de execução com perspectivas favoráveis, a companhia considera que as

prováveis perdas decorrentes da não realização dos débitos em atraso não alcancem valores substanciais e não justificam a constituição de uma reserva para devedores duvidosos.

##### NOTA 3 — ALMOXARIFADO:

	CR\$
Materials em estoque, a custo médio de aquisição	962.350
Material importado	14.618.454
Outros	54.773
	<u>15.635.577</u>

A importância de Cr\$ 14.618.454, corresponde a equipamentos eletro-mecânicos adquiridos da Marubeni Iida Co. Ltda., Japão, destinados à usina hidrelétrica do Paredão, cujas obras civis estão em andamento.

O total da importação corresponde a US\$ 3.170.072, incluindo juros de US\$ 651.937, dos quais US\$ 258.816 a vencer e equivalentes a Cr\$ 1.062.519, convertido à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 1970.

Do total da importação de US\$ 3.170.072, restam a pagar US\$ 1.437.855, equivalentes a Cr\$ 7.336.002, convertidos à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 1970.

Como resultado, foi apropriada ao custo do material importado uma diferença de câmbio relativa ao exercício de 1970, no valor de Cr\$ 1.275.225, correspondente ao ajuste do saldo devido pela importação e juros a vencer.

O total devido à Marubeni Iida Co. Ltda., Japão, no valor de Cr\$ 8.398.521, estão demonstrados no passivo exigível, sendo Cr\$ 1.850.523 a curto prazo e Cr\$ 6.547.998 a longo prazo.

Os pagamentos estão sendo efetuados pelo Tesouro Nacional, devido ao aval governamental recebido pela sociedade, e refletidos no balanço geral pelo valor de Cr\$ 6.219.932 no passivo exigível a longo prazo.

##### NOTA 4 — OBRAS E SERVIÇOS EM ANDAMENTO:

O saldo dessa conta refere-se ao custo da construção civil e das instalações da usina hidrelétrica do Paredão e inclui:

a) Cr\$ 5.316.875, correspondentes aos juros decorrentes do investimento em obras, para remuneração do capital próprio, calculados a razão de 10% de acordo com o parágrafo 2º do artigo 159, do Decreto 41.019, de 27 de fevereiro de 1957, dos quais Cr\$ 602.097 foram calculados e apropriados em 1970.

b) Cr\$ 1.275.578, correspondentes a juros creditados à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS — Fundo Federal de Eletrificação. Os juros apropriados em construções durante 1970 foram de Cr\$ 61.200. Entretanto, uma parcela de juros de Cr\$ 729.120 foi registrada em outros débitos diferidos, por falta de correspondência de aviso de lançamento.

c) Cr\$ 4.935.523, correspondentes a juros e comissões calculados sobre empréstimos obtidos e serviços de construção civil, aplicados na construção da Usina Hidrelétrica do Paredão, creditados a:

	CR\$
1) Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — ELETROBRÁS	762.159
2) Banco da Amazônia S.A.	1.533.157
3) Escritório de Construção e Engenharia — ECEL S.A.	2.640.149
4) Outros	57
	<u>4.935.522</u>

##### NOTA 5 — CAPITAL:

Na Assembléa Geral Extraordinária de 30 de setembro de 1970 os acionistas aprovaram um aumento de capital de Cr\$ 15.510.000 para Cr\$ 55.453.400, da seguinte forma:

	CR\$
Capitalização de recursos provenientes das quotas do imposto único sobre energia elétrica atribuída ao Governo do Território Federal de Amapá e a Prefeitura Municipal de Macapá	287.723
Capitalização de recursos provenientes de royalties recebidos pelo Governo do Território Federal do Amapá	9.498.019
Capitalização de empréstimo e demais encargos devidos à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — Eletrobrás	6.723.562
Capitalização de recursos provenientes de incentivos fiscais depositados no Banco da Amazônia S.A. a favor da sociedade, ainda não liberadas.	12.924.096
Aproveitamento de parte da correção monetária do ativo immobilizado	10.510.000
	<u>39.943.400</u>

Em 31 de dezembro de 1970 o capital da companhia estava representado por 55.453.400 ações de valor nominal

de Cr\$ 1,00 cada, sendo 42.515.366 ações ordinárias, 13.938 de ações preferenciais classe «A» e 12.924.096 ações preferenciais classe «B».

As ações preferenciais não têm direito a voto, são ao portador, tendo as seguintes preferências:

**CLASSE «A»:**

a) prioridade na distribuição de dividendos, respeitado o limite mínimo de 18%, não cumulativo, depois de cuja dedução serão pagos os dividendos das ações ordinárias.

b) preferência nos casos de resgate, reembolso ou amortização, previstos em lei, e na forma de deliberação da Assembléia Geral.

**CLASSE «B»:**

Dividendo mínimo de 6% ao ano, não cumulativo.

As ações preferenciais da classe «B» são provenientes de incentivos fiscais, sendo intransferíveis e irresgatáveis pelo prazo de cinco anos a partir da data de subscrição.

**NOTA 6 — RESERVA PARA REVERSÃO:**

De acordo com a determinação do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a companhia vem constituindo uma reserva resultante de recursos tarifários, determinada percentualmente através de portarias do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Os recursos provenientes dessa reserva destinam-se à aplicação em obras e instalações destinadas à expansão dos serviços a cargo da empresa.

**NOTA 7 — OUTROS CRÉDITOS CORRENTES: Cr\$**

Banco da Amazônia S.A.	5.046.052
Escritório de Construções e Engenharia ECEL S.A.	9.792.532
Outros	684.866
	<u>15.523.450</u>

**Banco da Amazônia S.A.**

Valor originário de um empréstimo de Cr\$ 2.500.000 efetuado em 13 de março de 1967, com vencimento em 13 de março de 1968, rendendo juros de 12% ao ano pagáveis semestralmente sobre o saldo devedor, juros de mora de 1% ao ano e comissão de 3% ao trimestre. Não foi computado no valor acima, a parcela referente a juros e comissões devidas referentes ao 2º semestre de 1970, no total de aproximadamente Cr\$ 740.000, que seriam incorporados ao custo de obras em andamento da usina hidrelétrica do Paredão.

**Escritório de Construções e Engenharia ECEL S.A.:**

Valor remanescente do total de Cr\$ 10.985.127 apurado e confirmado pelo relatório do grupo de trabalho formado por funcionários da Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — ELETROBRÁS, para determinar e confirmar o montante dos débitos devidos pela sociedade resultante das obras de construção da Usina Hidrelétrica do Paredão.

**NOTA 8 — DIVERSAS DÍVIDA A LONGO PRAZO**

Cr\$	
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS:	
Total da dívida	10.802.725
Correção monetária	(4.624.319)
	<u>6.178.406</u>
Marubeni Iida Co. Ltd., Japão (nota 3)	6.547.998
Tesouro Nacional (nota 3)	6.219.932
	<u>18.946.336</u>

**Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS:**

O saldo de Cr\$ 10.802.725 refere-se a obrigações relativas a recursos fornecidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME), a partir de 1966, para aplicação em bens e instalações, de acordo com convênios e disposições dos artigos 113 e 124 do Decreto-lei n.º 57.617, de 7 de maio de 1966.

A aplicação de recursos é realizada sob forma de financiamento à companhia, a serem resgatados em favor da ELETROBRÁS, no prazo de 20 anos.

A amortização dos financiamentos, será efetuada em prestações trimestrais, vencíveis após o prazo de carência máximo de 7 anos.

Durante o período de carência do financiamento, são devidos juros simples de 6% ao ano, que devem ser incorporados ao principal dos empréstimos. Fimido o prazo de carência, os juros elevar-se-ão a 8% ao ano até a total liquidação do financiamento pagáveis trimestralmente nas datas de liquidação do principal.

**NOTA 9 — CRÉDITOS EM SUSPENSO: Cr\$**

I — Governo do Ter. Fed. do Amapá	2.396.883
II — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM	4.100.000
III — Quotas do Imposto Único Sobre Energia Elétrica	
Governo Ter. Fed. do Amapá	1.350.315
Prefeitura Municipal de Macapá	119.273
IV — Escritório de Construções e Engenharia ECEL — S.A.	1.831.868
V — Outros	36.396
	<u>9.834.735</u>

**I — Governo do Território Federal do Amapá**

Referem-se a recursos provenientes de «royalties» recebidos da ICOMI — Indústria e Comércio de Minérios S.A., pelo Governo do Território, proveniente da exportação de minério de manganês. Através do artigo 1.º da Lei 2.740 de 2 de março de 1956, o Governo do Território Federal do Amapá deverá transferir até 1980 todos os recursos proveniente desses «royalties» para a Companhia de Eletricidade do Amapá — C.E.A. a fim de serem aplicados na construção da Usina Hidrelétrica do Paredão e convertidos em ações, em futuro aumento de capital, tendo como beneficiário o Governo do Território Federal do Amapá.

Os recursos oriundos do exercício anterior totalizavam Cr\$ 7.837.262 aos quais foram acrescidos os recebidos no exercício de 1970 no valor de Cr\$ 4.057.590, e, através da Assembléia Geral Extraordinária de 30 de setembro de 1970, foram utilizados Cr\$ 9.498.019 para integralização das ações subscritas pelo Governo do Território do Amapá no capital da sociedade.

**II — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM.**

Referem-se a verbas orçamentárias para futuro aumento de capital destinadas ao prosseguimento das obras da Usina Hidrelétrica do Paredão, nos termos do artigo 4.º, da Lei 2.740, de 2 de março de 1956.

III — Quotas do Imposto Único Sobre Energia Elétrica — valores atribuídos aos beneficiários: Governo do Território Federal do Amapá e Prefeitura Municipal de Macapá, a ser convertido em ações em futuro aumento de capital. No exercício de 1970 foi utilizado Cr\$ 93.928, através da Assembléia Geral Extraordinária de 30 de setembro de 1970, em integralização de ações ordinárias a favor da Prefeitura Municipal de Macapá.

**IV — Escritório de Construções e Engenharia-ECEL S.A.**

Refere-se a retenção equivalente a 5% sobre o valor das medições das obras civis da Usina Hidrelétrica do Paredão, a título de garantia contratual.

**NOTA 10 — AUXÍLIO PARA CONSTRUÇÕES:**

Representam contribuições, doações e valores recebidos através de convênios para financiamento de instalações de equipamentos e de redes de distribuição de energia elétrica em locais ou áreas não incluídos nos projetos normais da companhia.

Em 2 de julho de 1970 foi assinado um convênio com o Governo do Território Federal do Amapá, no valor de Cr\$ 200.000, como auxílio de construção, para aquisição de equipamentos eletro-especializados, destinados a atender o fornecimento de energia elétrica de modo adequado ao sistema de abastecimento e distribuição de água na cidade de Macapá.

Em 13 de outubro de 1970 foi assinado um convênio com Governo do Território Federal do Amapá, no valor de Cr\$ 100.000, como auxílio de construção, para melhoria e aplicação em serviços de construção e ampliação do sistema de distribuição de energia elétrica nas ruas da cidade de Macapá.

**NOTA 11 — PASSIVOS CONTINGENTES:**

A Companhia tem um passivo contingente referente a indenizações a serem pagas a empregados quando demitidos sem justa causa. Para fazer face a uma parte desse passivo tem sido constituído um fundo através de depósitos bancários compulsórios (FGTS), a partir de janeiro de 1967, como é requerido por lei.

**7 — CONCLUSÃO**

— Algo foi realizado durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 1970. Muito resta a fazer. Dadas as dificuldades existentes em uma região distante dos recursos e dos centros mais adiantados do país, fazer o máximo que as condições econômicas permitem, é quase nada, parecendo que em cada setor onde cabe uma iniciativa, tudo tem de ser feito do início, recomeçando-se sempre onde outros já palmilharam.

— Mas essas dificuldades acima apontadas puderam ser vencidas em sua maior parte graças ao apoio que vimos recebendo dos seguintes dirigentes e entidades:

— Gen. Ivanhoé Gonçalves Martins, digno e dinâmico Governador do Território, os nossos agradecimentos pelo apoio incondicional de sua administração e por nos ter honrado com sua confiança na indicação do nosso nome para o cargo de diretor, que vimos exercendo há três anos sendo um na Presidência.

— ELETROBRÁS, que por sua Diretoria, movida por alto espírito patriótico e sempre acolhedora das solicitações da CEA na ajuda de orientação administrativa e técnica e concessão de recursos financeiros, tornou possível estender ao interior os benefícios da energia elétrica, financiando a aquisição de 14 grupos geradores diesel e, para Macapá, a compra da Usina Diesel GM de 3.400 KW, os nossos agradecimentos mais efusivos e o reconhecimento de toda uma população dos cinco municípios do Território Federal do Amapá;

— Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras — CAEEB, os nossos agradecimentos pelo apoio de manutenção à usina termelétrica «Presidente Costa e Silva», pela prestação de serviços outros ligados à operação do sistema e sobretudo pela rapidez no atendimento e eficiência demonstrada na desmontagem em Cascavel (Paraná), transporte e instalação da nova usina diesel GM em Macapá;

— Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica — DNAEE, nas pessoas do seu Diretor-Geral, Dr. José Duarte de Magalhães e do Dr. Alcino Viana de Aguiar, Diretor da Divisão Econômica, pelo apoio que vimos recebendo desses dois destacados elementos do DNAEE na orientação da legislação, prestações de contas, tarifas e liberação em tempo útil das verbas orçamentárias e quotas de Imposto Único Sobre Energia Elétrica.

— Aos membros do Conselho Fiscal pelo apoio recebido quando no exercício das suas atribuições fiscaliza-

doras, demonstrando compreensão e capacidade técnica no julgamento das contas e atos de Diretoria, o nosso reconhecimento.

— Fiscalizando o relato das atividades da Empresa no exercício encerrado em 31 de dezembro de 1970, não seria cabível silenciar sobre a valiosa colaboração dos empregados da Companhia, de todos os níveis, pela dedicação, esforço despendido e eficiência que tornaram possível as realizações acima relatadas e a eles aqui consignamos os nossos veementes agradecimentos pela preciosa ajuda.

— A Diretoria julga ter prestado aos senhores Acionistas informações suficientes para a apreciação dos documentos submetidos à sua deliberação, entretanto, coloca-se à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos que possam interessar.

Macapá (AP), 16 de abril de 1971.

Cel. José Marcos Bezerra Cavalcanti  
Diretor-Presidente

## Companhia de Eletricidade do Amapá — CEA

HIDRELÉTRICA COARACY NUNES  
MACAPÁ — T. F. DO AMAPÁ

### Balanco Geral do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 1970

## ATIVO

2 — IMOBILIZADO			
20 — Bens e Instalações em Serviço			
20.1 — Instalações p/Produção — Motores Hidráulicos		140.229,52	
20.3 — Instalações p/Produção — Motores Comb. Interna		1.246.210,41	
20.4 — Instalações de Transmissão		5.095,92	
20.5 — Instalações de Distribuição		309.903,36	
20.6 — Instalações de Distribuição — Consumidores		472.353,86	
20.7 — Instalações em Geral		473.319,37	2.647.112,44
— Correção Monetária do Ativo Imobilizado			21.705.750,17
			24.352.862,61
4 — DISPONÍVEL			
40 — Caixa			124.104,26
41 — Bancos			5.217.078,06
42 — Disponível Vinculado — F.G.T.S. — Não Optantes			79.966,95
			5.421.149,27
6 — REALIZÁVEL			
CURTO PRAZO			
60 — Contas a Receber			
60.0 — Exercícios Anteriores	308.306,80		
60.1 — Exercício Corrente	246.406,86	554.713,66	
61 — Obrigações e Empréstimos a Receber		10.742,77	
62 — Devedores Diversos		105.229,16	
64 — Depósitos Especiais ou Cauções		10,00	670.695,59
LONGO PRAZO			
65 — Almojarifado		15.635.577,05	
66 — Capital a Realizar — Ações		12.924.096,00	28.559.673,05
			29.230.368,64
5 — PEDENTE			
50 — Suspenso			777.933,76
52 — Obras e Serviços em Andamento		59.410.714,56	
— Correção Monetária de Obras em Andamento			47.813.819,62
			107.224.534,18
			108.002.467,94
			167.006.848,46
0 — COMPENSAÇÃO			
02.1 — Ações Caucionadas pela Diretoria			100,00
02.2 — Obras e Serviços Contratados			3.763.129,35
02.3 — Empréstimo e Financiamento Contratados			5.854.252,09
02.4 — Compras Contratadas			18.161.792,47
02.5 — Insuficiência de Remuneração			1.040.129,06
			28.819.402,97
			195.826.251,43

# Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

HIDRELÉTRICA COARACY NUNES

MACAPÁ — T. F. DO AMAPÁ

## Balanço Geral do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 1970

### Passivo

1 — INEXIGÍVEL			
10 — Capital			
10.0 — Ações Ordinárias	42.515.366,00		
10.1 — Ações Preferenciais	13.938,00		
10.2 — Ações Subscritas	<u>12.924.096,00</u>	55.453.400,00	
11 — Reservas			
— Reserva p/Depreciação, Reversão ou Amortização	676.722,16		
— Correção Monetária da Depreciação do Imobilizado	<u>786.178,40</u>	1.462.900,56	
— Juros de Investimento de Capital em Obras		5.316.876,33	
— Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — Não Optantes		79.966,95	
— Reserva de Correção Monetária p/Aumento de Capital		1.186.378,17	
— Reserva de Correção Monetária d/Obras em Andamento	47.813.819,62		
— Reserva Legal	<u>9.777,85</u>	<u>55.869.719,48</u>	111.323.119,48
3 — EXIGÍVEL			
CURTO PRAZO			
30 — Contas a Pagar	4.149.331,53		
31 — Obrigações a Pagar - Promissórias	1.850.522,85		
37 — Outros Créditos Correntes	<u>15.523.450,27</u>	21.523.304,65	
LONGO PRAZO			
39 — Diversas Dívidas a Longo Prazo	18.946.336,65		
— Correção Monetária de Créditos da Eletrobrás	<u>4.624.319,83</u>	<u>23.570.656,48</u>	45.093.961,13
5 — PENDENTE			
51 — Créditos em Suspenso		9.834.734,98	
53 — Auxílio para Construção		568.591,80	
55 — Depósitos de Consumidores		<u>661,80</u>	10.403.988,58
9 — RESULTADO			
90 — Lucros e Perdas			
— Saldo à disposição da Assembléia Geral			<u>185.779,27</u>
0 — COMPENSAÇÃO			
01.1 — Caução da Diretoria		100,00	
01.2 — Contrato de Obras e Serviços		3.763.129,35	
01.3 — Contrato de Empréstimo e Financiamento		5.854.252,09	
01.4 — Contrato de Compras		18.161.792,47	
01.5 — Insuficiência de Remuneração		<u>1.040.129,06</u>	<u>28.819.402,97</u>
			<u>195.826.251,43</u>

Macapá (AP), 31 de março de 1971

Cel. José Marcos Bezerra Cavalcanti  
Diretor-Presidente

Luiz Carlos Araújo Monteiro  
Téc. Cont. Reg. CRC-PA nº. 1051 - Contador

## Companhia de Eletricidade do Amapá — CEA —

Usina Termelétrica «Presidente Costa e Silva»,  
em Macapá

Demonstração da Conta de Resultado para o período de 12  
meses findos em 31 de dezembro de 1970

90.0 — Renda Bruta de Exploração		
90.00 — Receita de Exploração		
Fornecimento de energia elétrica	Cr\$ 1.272.746,54	
Outras receitas	65.530,83	
	<u>1.338.677,37</u>	
90.01 — Despesas de Exploração	962.429,94	376.247,43
90.1 — Deduções à Renda Bruta de Exploração		
90.11 — Quota de depreciação	120.473,14	
90.12 — Quota para amortização	60.215,17	180.690,31
Renda líquida do exercício		<u>195.557,12</u>

Demonstração da Conta «Lucros e Perdas»,  
em 31 de dezembro de 1970

Deficit acumulado em 31-dezembro-1969	(374.518,82)	
Menos: Compensação de prejuízo através da Correção Monetária do Ativo Imobilizado	<u>374.518,82</u>	—
Renda líquida do exercício	—	195.557,12
Dedução à renda líquida: — Reserva Legal	—	<u>9.777,85</u>
Saldo à disposição da Assembléia Geral	—	<u>185.779,27</u>

Macapá (AP), 31 de março de 1971.

Cel. José Marcos Bezerra Cavalcanti  
Diretor-Presidente

Luiz Carlos Araújo Monteiro  
Téc. Cont. Reg. CRC-PA n.º 1051  
Contador

### Parecer dos Auditores

Ilmos. Srs.  
Diretores da  
Companhia de Eletricidade do Amapá — CEA  
Macapá — Amapá

Examinamos o Balanço Geral da Companhia de Eletricidade do Amapá — CEA levantado em 31 de dezembro de 1970, bem como as demonstrações da «Conta de Resultado» e da conta de «Lucros e Perdas», referentes ao exercício findo naquela data. Nosso exame foi efetuado de acordo com os padrões de auditoria geralmente aceitos, incluindo provas dos registros contábeis, da documentação e outros procedimentos que julgamos necessários nas circunstâncias.

Em nossa opinião, o Balanço Geral e as correspondentes demonstrações da «Conta de Resultado» e da conta de «Lucros e Perdas» traduzem, satisfatoriamente, a posição financeira da Companhia de Eletricidade do Amapá — CEA em 31 de dezembro de 1970 e o resultado de suas operações no período findo naquela data, de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceitos para companhias de energia elétrica, conforme normas de contabilidade estabelecidas pelo Decreto n.º 28.545, de 29 de agosto de 1950, aplicados em bases consistentes com as do exercício anterior.

Rio de Janeiro, 8 de abril de 1971.

Boucinhas, Campos, Coopers & Lybrand

Nilton Claro  
Contador-CRC-GB-n.º 19.344  
Diretor

### Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Eletricidade do Amapá, adiante assinados, procederam, de acordo com a Lei, ao exame dos Livros e documentos e tomaram conhecimento do Relatório da Diretoria relativo ao Exercício de hum mil novecentos e setenta, bem como do Balanço Geral, encerrado em trinta e um de dezembro, e respectiva conta de Lucros e Perdas, tudo encontrando em perfeita ordem, refletindo fielmente a situação da Empresa. A vista desta constatação, são de parecer que as contas da Diretoria, consubstanciadas naqueles documentos, merecem a aprovação dos senhores ilustres acionistas.

Macapá, 20 de abril de 1971.

Cel. Adalvaro Alves Cavalcanti

Cap. Fragata João de Oliveira Côrtes

Leverriher Alencar de Oliveira

### Comissão de Inquérito Administrativo

#### EDITAL DE CITAÇÃO

O Presidente da Comissão de Inquérito Administrativo, designado pela Portaria n.º 067/71-GAB, de 15 de março de 1971, do Excelentíssimo Senhor Governador do Território Federal do Amapá, cumprindo o disposto no artigo 222, parágrafo 2º, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, pelo presente Edital, cita o funcionário Wladimir Modesto Picanço, ocupante do cargo da classe «A», da série de classe de Motorista, nível 8, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos do Governo do Território Federal do Amapá, lotado nos Serviços Industriais, visto encontrar-se em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de quinze (15) dias, contados da publicação do presente Diário Oficial do Governo, comparecer na sala onde funciona a Segunda Delegacia Auxiliar, no prédio da Divisão de Segurança e Guarda, a fim de prestar defesa em Processo Administrativo, acerca dos fatos de que é acusado no mesmo processo sob pena de revelia.

Macapá, 22 de abril de 1971.

Milton de Souza Corrêa  
Presidente da CIA

### Bruynzeel Madeiras S.A. — BRUMASA

C.G.C. 05964895

#### AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição nos srs. Acionistas da Bruynzeel Madeiras S.A. — BRUMASA, na sede social, à Avenida Amazonas s/nº, Macapá, Território Federal do Amapá, os documentos a que se refere o artigo 99 do decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 1971.

Macapá, 16 de abril de 1971.

Samuel Fineberg  
Diretor-Superintendente

Preço do exemplar:  
**Cr\$ 0,10**